

LÖWITH, Karl. **De Hegel a Nietzsche: A ruptura revolucionária no pensamento do século XIX: Marx e Kierkegaard.** Trad. de Flamarion Caldeira Ramos; Luiz Fernando Barrére Martin. São Paulo: UNESP, 2014. 458p.

Roberto Kahlmeyer-Mertens

Doutor em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, Toledo, PR – Brasil. E-mail: kahlmeyermertens@gmail.com

Günter Figal começa seu livro sobre *Nietzsche* tecendo considerações sobre o modo com que todo intérprete se aproxima de uma obra escrita. Ele está certo quando nos diz que sempre chegamos a uma obra extrinsecamente e contando com preconceitos; também quando afirma que, antes de iniciar qualquer leitura, nutrimos esperanças que se concretizam ou se frustram. Se o propósito desse intérprete com tais comentários é indicar que Nietzsche é um filósofo cuja apropriação é sempre matizada por posições, visões e conceptualidade prévias, de nossa parte o fito é ressaltar que algumas das melhores expectativas que se pode cultivar a respeito de uma obra de filosofia se realizam quando o livro em questão é: *De Hegel a Nietzsche: A ruptura revolucionária no pensamento do século XIX: Marx e Kierkegaard*, de Karl Löwith (1897-1973).

Como o longo título nos permite entrever, a obra em apreço não versa apenas sobre Nietzsche. Nela, seu autor faz um apanhado daquilo que constitui o núcleo da filosofia e da história intelectual alemã nos anos de 1800. Assim, Goethe, Hegel e os que na esteira destes se ocuparam de pensar a realidade burguesa, e o impulso que essa representou ao pensamento Ocidental, estão contemplados no livro. Deste modo, desde os primeiros capítulos, Schelling, Feuerbach, Ruge, Marx, Stirner, Bauer e Kierkegaard estão presentes; também Cortés, Proudhon, Tocqueville e Sorel comparecem a seus desdobramentos. Este dado, mais do que erudição, denota a abrangência da obra e a formação *sui generis* de seu autor.

Nasceu Löwith em Munique, tendo lá recebido ampla educação humanística. Durante os anos de 1919-1928 esteve vinculado à escola da fenomenologia (como Eugen Fink, seu contemporâneo e também intérprete de Nietzsche), nesta estudou e conviveu com Edmund Husserl e Martin Heidegger. Por força da perseguição nazista aos de ascendência judaica, Löwith emigrou para o Japão em 1934, onde lecionou na Universidade Imperial, depois para os Estados Unidos, lugar em que deu aulas para outras instituições de ensino

superior até 1952. Retornando à Alemanha, nosso autor assumiu uma cadeira na Universidade de Heidelberg, nesta permaneceu até o fim de suas atividades docentes. Reunindo a experiência de ter sido catedrático de filosofia em três continentes, seu pensamento se expressa por meio de títulos relevantes, entre eles: *Heidegger pensador de um tempo indigente* (1953); *O sentido da história: as implicações teológicas da filosofia da história* (1949); *Minha vida na Alemanha antes de depois de 1933* (1940) e *Nietzsche: A filosofia do eterno retorno do mesmo* (1934), este último consagrado integralmente ao filósofo de Röcken.

Embora não reste dúvida sobre a capacidade do autor em trafegar por esses temas, ressaltamos que o Löwith que interessa aos pesquisadores de Nietzsche é o intérprete deste filósofo. Isso justifica o critério, adotado por esta recensão, de conservar seu foco prioritariamente sobre os capítulos e tópicos (= subcapítulos) nos quais a figura filosófica de Nietzsche é contemplada, a despeito dos demais conteúdos da obra.

Dividido em duas partes, *De Hegel a Nietzsche* aborda as motivações que levaram a concepção hegeliana de mundo (cosmovisão sistemática cuja ordem intrínseca e totalizante se apoia na ideia de racionalidade) a se esfacelar após as críticas de Marx e de seus pares. Tais críticas, com conteúdos contestatórios dos posicionamentos da metafísica, recorriam a premissas materialistas que necessariamente levavam em consideração o político, o econômico, o comportamento moral e a cultura da sociedade burguesa. Estas, segundo Löwith, teriam acarretado uma reviravolta nos valores vigentes, a criação de uma mundividência não mais unitária e, por conseguinte, uma onda de niilismo que marcaria aquela cena. Este quadro crítico seria o mesmo a inaugurar a filosofia contemporânea, que, por sua vez, tornaria pensável um mundo carente de história (se esta for pensada teleologicamente).

A primeira metade da obra se intitula: “Estudos sobre a história do espírito alemão no século XIX” (p. 3-250). Ali, o leitor poderá presenciar uma exposição da relação entre as ideias de Goethe e de Hegel, também sobre como, a partir deste segundo, os chamados velhos, jovens e novos hegelianos herdaram tais ideias.

Marcado por esse mesmo espírito, o capítulo IV desta seção, intitulado, “Nietzsche como filósofo de nosso tempo e da eternidade” (p. 217-249), inicia com um tópico sobre o juízo que o autor de *Assim falou Zaratustra* fazia dos dois nomeados predecessores. Neste, segundo Löwith:

Por causa de seu desejo de uma decisão entre Antiguidade e Cristianismo, Nietzsche viu em Hegel um insidioso teólogo e em Goethe um sincero pagão. [...] Juntamente com Napoleão, Hegel e Goethe lhe significam um acontecimento totalmente europeu e uma tentativa de superar o século XVIII. (p. 219).

Com este capítulo – além da análise judiciosa que buscará fundamentação na continuidade do argumento – o autor indica a posição histórica de Nietzsche especificando, por exemplo, a real distância que esse guarda frente a outros pensadores que costumeiramente associamos a ele. Destarte, Arthur Schopenhauer e sua filosofia moral são apontados como ainda pertencentes ao *Ancien Régime*, ao passo que Richard Wagner e seu *pathos* literário derivariam do hegelianismo revolucionário da década de 1840. Nietzsche, por sua vez, não possuiria laços com a crítica revolucionária da esquerda hegeliana (em verdade, como atesta a obra, o pouco que conhecia dela seria por intermédio de Wagner e de Feuerbach). Segundo Löwith, fora por este motivo que Nietzsche nunca se aproximou da filosofia de Marx, embora não desprezasse os herdeiros/dissidentes de Hegel, como também atesta o autor ao noticiar o interesse de Nietzsche em conhecer a obra insigne de Kierkegaard, o que afinal nunca se deu.

O próximo tópico deste capítulo traz uma contextualização histórica bem elaborada da relação do pensamento nietzschiano com o da assim chamada esquerda hegeliana. Com essa, também poder-se-á conferir as implicações da verve revolucionária de Wagner sobre as concepções morais e estéticas nietzschianas. Ainda no interior desse, encontramos passagens curiosas nas quais são esboçadas as supostas semelhanças entre Friedrich Nietzsche e Max Stirner. Informa Löwith que: “Com frequência comparou-se Stirner a Nietzsche, e até chegou-se a afirmar que Stirner constituiu o ‘arsenal de ideias’ de que Nietzsche tomava suas armas [...]”. Se intensas as discussões sobre o trágico e os valores da burguesia neste, é o próximo tópico – intitulado “A tentativa nietzschiana de uma superação do niilismo” – que devemos considerar um texto cheio de fôlego.

Ainda que patente a clareza na tarefa preliminar de situar a importância que a crítica ao niilismo tem no pensamento de Nietzsche, o cuidado das análises de Löwith parecem se concentrar no escopo mais primordial de caracterização daquilo que seria a tentativa de nosso filósofo em superar o niilismo. Para tanto, o intérprete se vale de uma reconstrução da filosofia da *vontade de poder* referindo-se constantemente à obra *Assim falou Zaratustra* (1883-85). Teses da *Genealogia da moral* (1887) também podem ser identificadas na grande síntese löwithiana destinada a tratar dos termos da crítica de Nietzsche ao niilismo residente em ideias e modelos consagrados, a saber: a moral cristã, o contratualismo e o liberalismo políticos, o Estado moderno, a democracia e a política partidária. Uma mostra da

habilidade teórica de nosso intérprete ao conjugar tais temas é o que vemos no presente trecho:

Nietzsche diz que a guerra e a coragem fizeram coisas mais grandiosas no mundo do que o amor ao próximo; mas ele também diz: “os grandes acontecimentos” não são os mais ruidosos, mas sim as “horas mais silenciosas”. Ele combate o espírito de “liberdade de imprensa” próprio ao liberalismo, e em igual medida qualquer consciência partidária; já a mera ideia de pertencer a um partido, “mesmo quando ele fosse o próprio”, causava-lhe asco. Ele critica o espírito democrático da sociedade burguesa; mas também diz, sob o título *Dos novos ídolos*, que o Estado é o mais frio dos monstros e da sua boca surge a mentira: “Eu, o Estado, sou o povo”. Ele acreditava na necessidade de um retorno à “barbárie” e à “masculinização” da Europa e para isso cunhou a expressão “besta louca” [...]. (p. 239).

Muito da tematização deste capítulo suscita ao leitor ponderações sobre a relação entre *vida e pensamento*; mesmo – se nos for permitido apreciar – a evidência de que Nietzsche, mais do que qualquer outro pensador, foi quem mais veementemente integrou essas duas instâncias.

A segunda parte de *De Hegel a Nietzsche* se chama: “Estudos sobre a história do mundo cristão burguês” (p. 253-441) e, entre os cinco capítulos que a compõem, pelo menos oito tópicos estão relacionados a Nietzsche.

No primeiro capítulo, encimado: “O problema da sociedade burguesa” (p. 253-285), o tópico reservado ao nosso filósofo se ocupa de pensar o homem como *ser de rebanho* e, em contrapartida, como *animal condutor*. Existem afirmações, por parte de Karl Löwith, neste tópico que, de início, fariam com que leitores de Nietzsche saltassem de suas cadeiras, é o caso daquela que diz que: “[...] Nietzsche significou para o século XIX o que Rousseau havia significado para o século XVIII” (p. 282). Sem sobreaviso, esta analogia poderia soar um disparate, já que sabemos da profunda antipatia que Nietzsche tinha pela pessoa de Rousseau, bem como por tudo que esta representava ao pensamento. O comentador, todavia, ressalva que as pautas críticas de Nietzsche diferiam das do suíço-francês e que, embora nosso autor reconhecesse Rousseau, sim, como uma força revolucionária em sua época, compreendia, também, que suas ideias democrático-humanistas falsificavam a verdadeira natureza humana, radicada na “vontade de poder”. Esta premissa, seguida de uma exposição desta noção central ao pensamento do Nietzsche maduro, vai dar em uma breve caracterização do pensamento político de Nietzsche, na qual se expõe a franca oposição à ideia de democracia tal como formulada no seio do liberalismo moderno.

No capítulo segundo, chamado “O problema do trabalho” (p. 287-319), o tópico reservado a Nietzsche aborda, a partir deste filósofo, o labor como elemento de dissolução do recato e da contemplação. Assim, uma tematização sobre o *trabalho* (ali pensado como uma “anti-*Bildung*”) dá corpo ao argumento beneficiando-se de uma interessante retomada das noções de *ócio* e de *vida contemplativa* em suas significações clássicas. A síntese que o autor de *De Hegel a Nietzsche* faz destes conceitos no presente subcapítulo – em especial em passagens como a que se segue – insemina nossas especulações sobre em que medida autores contemporâneos, no tocante as críticas sobre a indústria cultural, não seriam caudatários dessa tópica nietzschiana:

No repouso o homem busca fugir do trabalho e se entregar ao entretenimento; a pressa para realizar o trabalho e a busca por divertimento são apenas dois lados de uma mesma coisa. Diante disso, Nietzsche defende a contemplação que implica o tempo livre e o ócio. (p. 317).

Em “O problema da cultura” (p. 321-341), terceiro capítulo, o leitor encontrará em seu último tópico não apenas os termos do diálogo de Nietzsche com a filosofia da cultura de Hegel, quanto também um apanhado sobre as considerações críticas de Nietzsche à cultura de sua época. Precedido por um item concernente a Jacob Burckhardt (que merece ser conferido por tratar do século XIX como a era da civilização), o subcapítulo sobre Nietzsche, dessa vez, assume por pano de fundo a denúncia do filisteísmo cultural (tal como respectivamente encontrado na primeira e na quarta *Considerações extemporâneas*), esta parece se coadunar à discussão sobre o tema do *trabalho*, abordado anteriormente, dando continuidade ao mesmo.

Na sequência, “O problema da humanidade” (p. 343-364) é o quarto capítulo dessa segunda metade da obra. Nesse, temos um tópico nomeado “Nietzsche: o além do homem como superação do homem” que apresenta os termos de uma antropologia nietzschiana ou, menos que isso, do que o filósofo chamaria de “medida do homem”. A pergunta diretora deste capítulo é formulada por Löwith do seguinte modo: “Mas por que o homem precisa em geral de uma superação da metafísica?” (p. 361). Na tentativa de responder com Nietzsche este problema, uma contextualização da *morte de Deus* e a evidenciação de que a noção de *além do homem* só tem resguardado o sentido de sua urgência em uma época na qual Deus está morto, dão estofa ao resto deste subcapítulo perpassado de indícios da obra *Assim falou Zaratustra*.

Em seu último capítulo, “O problema da cristandade” (p. 365-441), vemos o tópico sobre Nietzsche retomando pontos do capítulo terceiro e quarto. Ali, nosso intérprete questiona, com Nietzsche, a validade de se falar de cristianismo e de cristandade depois do advento da assim chamada morte de Deus. O caráter problemático dessa matéria se ilustra, aqui, num extrato de uma passagem de Nietzsche citada por Löwith: “[...] Aquilo que outrora era apenas doença, hoje é indecente – hoje é indecente ser cristão. *E aqui começa meu asco.* [...] hoje *se tem* que saber que um teólogo, um padre, um papa em cada frase que profere não apenas erra, mas *mente* [...]”. (p. 418).

Embora tratando à primeira vista de cristianismo, o problema supramencionado não seria algo restrito ao domínio dessa religião. Nosso intérprete se esforça por mostrar que Nietzsche compreende a filosofia clássica alemã como uma “meia teologia” de sorte que: “O pastor protestante é o avô da filosofia alemã”. (p. 419). Portanto, também o pensamento filosófico padeceria da crise que a morte de Deus instaura. Um dos pontos altos do livro, “A crítica de Nietzsche da moral e da cultura cristãs” constitui útil subsídio às leituras daqueles interessados no problema do valor, tal como explorado por nosso filósofo.

Com matéria que vale por um curso de introdução ao pensamento contemporâneo, é flagrante, desde o início, o caráter histórico da obra de Karl Löwith. O próprio autor reconhece esta intenção no prefácio da primeira edição alemã, entretanto, ressalva que, sendo histórico, seu livro não é historiográfico, tampouco uma contribuição à história do espírito, no sentido hegeliano do termo. Denotando sutileza nas interpretações, talento especulativo e poder de síntese, o título aqui em pauta (que muito nos instrui acerca do fazer filosófico) é fortemente recomendado ao público estudioso dos temas arrolados acima.

Sendo esta uma resenha informativa da edição brasileira de *De Hegel a Nietzsche*, não poderia faltar, enfim, o acréscimo: assinada por Flamarion Caldeira Ramos e Luiz Fernando Barrére Martins, a tradução para o português se oferece fluída e bem estabelecida. Não se pode omitir que existe, alhures, um ou outro pequeno lapso de revisão (é o caso, na p. 360, da falta de unicidade no trato com o equivalente português para o vocábulo alemão *Übermensch*, ora vertido por “além do homem”, ora por “super-homem”). Essas ocorrências esparsas, contudo, não chegam a desabonar a edição cujo resultado tem nível equiparável à versão francesa de Rémi Laureillard, disponível pela editora Gallimard desde o fim da década de 1960, época em que o livro era mais recorrido por seus conteúdos sobre Marx e Hegel do que propriamente sobre Nietzsche.